



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



18 de junho de 2007

Vol. 2 No. 7

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Cúpula do G-8: maior cooperação sobre mudança climática, África e Rodada Doha	1
TRIP's: Ainda não há consenso	3
Política comercial da Índia promove crescimento, mas precisa de reformas adicionais	4

NOTÍCIAS REGIONAIS

Avança a integração cooperativa no Mercosul	5
XXXVII Assembléia Geral da OEA: consenso em temas de energia e pouco avanço em direitos humanos	7

BREVES MULTILATERAIS

OMC divulga relatório final sobre a disputa dos pneus	8
---	---

BREVES REGIONAIS

Lançadas negociações do Acordo de Associação CAN-UE	8
Cresce o investimento direto de países emergentes no Brasil	9

EVENTOS

Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	11
Outros Fóruns	11

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FIQUE DE OLHO!

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Cúpula do G-8: maior cooperação sobre mudança climática, África e Rodada Doha

Nos dias 7 e 8 de junho foi realizada uma nova cúpula do grupo das 8 nações mais industrializadas do mundo. O encontro ocorreu na cidade alemã de Heiligendamm. Durante a reunião, o G-8 abordou questões de cooperação em matéria de mudança climática, bem como o aumento de seu apoio econômico para a África no combate a determinadas doenças. Por último, o grupo solicitou aos países em desenvolvimento (PEDs) mais ricos que contribuam para que haja consenso nas modalidades de negociação da Rodada Doha.

Rodada Doha: novamente tema de debate

As negociações comerciais da Rodada Doha estiveram presentes nas conversas entre os líderes do G-8 na Alemanha, que reiteraram o pedido para que as negociações multilaterais da OMC sejam retomadas. Por meio de um comunicado do Governo Federal alemão, os líderes também solicitaram a todos os Membros da OMC que demonstrem maior flexibilidade nas negociações, para que uma conclusão "rápida e exitosa" seja possível.

Por sua vez, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, que participou das conversas, afirmou já ser possível chegar a um acordo provisório da Rodada e pediu aos líderes do G8 que não deixassem esta oportunidade escapar.

Os Membros do G8 ressaltaram a necessidade de traduzir o compromisso contínuo em resultados tangíveis. Um pedido foi feito aos Ministros de Comércio, em especial aqueles dos principais países desenvolvidos e das maiores economias emergentes, de que se ofereça uma plataforma sólida para a negociação multilateral, de modo a possibilitar um acordo sobre modalidades.

60.000 milhões de dólares para a África

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

No segundo dia, os líderes do G-8 reuniram-se com os presidentes do Egito, Argélia, Senegal, Gana e Nigéria, com quem concluíram um pacote de assistência de 60.000 milhões de dólares para combater a AIDS, malária e tuberculose.

Várias organizações civis reclamavam que os países do G-8 não haviam mantido a promessa feita na cúpula anterior, realizada na Escócia, de incrementar em US\$ 50.000 milhões anuais a ajuda a países pobres.

G-8 chega a acordo sobre mudança climática

No dia 7 de junho, o G-8 chegou a um acordo sobre mudanças climáticas, mas não conseguiu adotar alvos específicos para a redução das emissões de gás de efeito estufa. Os governos, entretanto, prometeram cooperar para o desenvolvimento de um sucessor do Protocolo de Quioto, que expira em 2012. Líderes políticos acreditam ser esta uma decisão importante, mas os grupos ambientais expressaram ceticismo em relação a seu verdadeiro valor.

A administração Bush concordou em fazer parte da negociação de um novo tratado climático em substituição ao acordo de Quioto, mas a administração estadunidense ainda é cética no que tange a relação de causa e consequência entre os gases de efeito estufa e o aquecimento global.

De acordo com um relatório publicado no jornal *Financial Times*, o Presidente dos EUA, George W. Bush, afirmou que os EUA estarão ativamente envolvidos - e possivelmente até liderando - a estrutura de negociações pós-Quoto.

Os EUA concordaram em considerarem seriamente o alvo de 50% de redução de gases poluentes até 2050, necessário, de acordo com os cientistas, para limitar o aumento da temperatura global.

A declaração do G-8 afirma que, ao definir um objetivo global para a redução de emissões e ao envolver os principais emissores no processo, o Grupo irá considerar seriamente as decisões da União Européia (UE), Canadá e Japão, que prevêm a eliminação de metade das emissões globais até 2050. A declaração pede, ainda, a conclusão de um pacto pós-Quoto para 2009 e estima que as negociações devam começar durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) em Bali, Indonésia, em dezembro próximo.

A Chanceler alemã, Angela Merkel, chamou a decisão de "um enorme sucesso." Para ela, este é um enorme passo adiante. O secretário-geral das Nações Unidas,

Ban Ki-moon, entende o acordo dos líderes do G-8 como uma forte ação para o combate a mudança climática. Ele também afirmou que o compromisso do G-8 incentiva um processo de compromisso multilateral no contexto das Nações Unidas.

Grupos ambientais não se impressionaram

A resposta dos grupos ambientais à declaração do G-8 foi mais fria. Para Daniel Mittler, conselheiro de política climática do Greenpeace International, o acordo não é suficiente para impedir a perigosa mudança climática. A organização World Wild Fund (WWF) foi mais positiva, e assegurou que o acordo abriu os olhos do mundo para os alvos obrigatórios e de longo prazo para as reduções de emissões. Hans Verolme, diretor do programa de mudança climática da WWF, elogiou a UE, Japão, e Canadá por focarem na diminuição de suas emissões pela metade até 2050, mas também afirmou que só isso não é suficiente. Para ele, reduções reais de emissão ainda devem ser negociadas. Ele afirmou, ainda, que o fato dos EUA terem assinado o acordo é significativo, mas que o agora pede ações concretas.

Papel dos PEDs

O G-8 afirmou que os países em desenvolvimento (PEDs) devem fazer parte da redução de emissões. A declaração do G-8 incitou as economias emergentes a combater o aumento de suas emissões por meio da redução da intensidade de carbono em seu desenvolvimento econômico. Angela Merkel, no entanto, enfatizou que os países industrializados devem dar o primeiro passo.

Atualmente, os países do G-8 abrigam 13% da população mundial, mas são responsáveis por 43% das emissões de gás de efeito estufa. Qual deve ser o nível de redução de emissões de carbono de PEDs como China e Índia - ainda é um dos principais pontos de conflito das negociações climáticas (apesar de serem poluidores relevantes, seu histórico e emissões per capita permanecem significativamente mais baixos do que aqueles do mundo industrializado). Os EUA afirmam que não farão parte de nenhum plano de redução das emissões que não incluir tais países.

Representantes da China, Brasil, Índia, México, e África do Sul - grupo G-5 - encontraram-se com membros do G-8 no dia 8 de junho. As mudanças climáticas foram o foco das discussões, que sinalizaram que o G-5 também deseja avançar no que tange o controle do clima.

Beijing, por sua vez, publicou neste mês seu primeiro relatório detalhado sobre mudanças climáticas, no qual

declara que a conservação da energia e o controle das emissões serão focos centrais das políticas econômicas e de energia do país. O documento, entretanto, não incluiu alvos específicos e enfatizou que os planos chineses para reduções das emissões não terão mais ênfase que o desenvolvimento econômico do país.

Tradução e adaptação de artigos originalmente publicados em *Puentes Quincenal Volumen IV Número 11 12 de junio de 2007* e em *Bridges Trade BioRes. Vol. 7 No. 11, 8 June 2007*.

TRIP's: Ainda não há consenso

Os membros da OMC ainda discordam sobre a melhor forma de atingir os objetivos de conservação da biodiversidade e proteção da propriedade intelectual. Este tema, juntamente com a efetiva aplicação dos direitos de propriedade intelectual, foram os focos centrais das discussões ocorridas durante a reunião do Conselho TRIPS, em 5 de junho.

Expansão do Grupo de Transparência

A apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimento tradicional por meio de patentes (biopirataria) tem sido fonte de preocupação de vários Membros, particularmente alguns países em desenvolvimento (PEDs). Por esta razão, no ano passado um grupo de PEDs (Brasil, China, Colômbia, Cuba, Índia, Paquistão, Peru, Tailândia, Tanzânia, Equador e África do Sul) propôs uma emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC (TRIPS, sigla em inglês) para que os pedidos de patentes passem a exigir informações detalhadas sobre a origem dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado, bem como comprovação de consentimento prévio e divisão de benefícios (IP/C/W/474). Esses países argumentam que tais requisitos são necessários às obrigações patentárias originadas na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Desde então, os PEDs têm repetidamente enfatizado a necessidade de transparência nas regras da OMC, e pedem negociações de textos que possam tornar-se emendas específicas. A grande oposição a essa proposta parte da Austrália, Canadá e Nova Zelândia, que argumentam que tais negociações são prematuras e que a obrigação de transparência não será eficaz para controlar a concessão "patentes ruins".

Notadamente, o chamado Grupo da Transparência expandiu-se consideravelmente na última reunião, e

passou a ser integrado por países africanos e países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), além da Venezuela.

Apesar disso, a discussão seguiu um modelo padrão. Austrália, Canadá e Nova Zelândia afirmaram ser necessárias maiores discussões sobre o tema, baseadas em fatos e casos concretos de apropriação indevida. O Japão e os Estados Unidos da América (EUA) reforçaram sua oposição a qualquer emenda sobre transparência ao TRIPS, e afirmaram não haver contradição entre o acordo da OMC e a CDB.

A Noruega apoiou a proposta do Grupo de Transparência. Sua própria proposta de emenda (IP/W/473) previa que, ao invés de revogação da patente, houvesse um sistema de aplicação de sanções àqueles que infringissem os requerimentos de transparência do sistema de concessão de patentes. Vários países do Grupo da Transparência apoiaram a proposta da Noruega.

Ao final, a União Européia (UE) reiterou sua proposta para que os requerimentos de transparência fossem negociados fora da OMC, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O Brasil notou que há um aumento na vontade política dos Membros de incluir as negociações sobre transparência na Rodada Doha. A delegação brasileira acredita que discussões técnicas serão mais eficazes em consultas informais do que nos encontros do Conselho TRIPS.

O novo presidente do Conselho TRIPS, o embaixador da Nigéria, Yonov Frederick Agah, irá consultar os Membros sobre a possibilidade de garantir status de observador ao secretariado da CDB. O Brasil foi favorável, mas os EUA não.

Difícil negociação sobre a implementação dos direitos de propriedade intelectual

Suíça, Japão, UE, EUA e El Salvador tentam tornar a implementação dos direitos de propriedade intelectual um item permanente na agenda do Conselho TRIPS. O fundamento desta demanda é o crescimento da pirataria ao redor do mundo. A maioria dos PEDs, como Brasil, Argentina, China, Cuba, Índia e África do Sul, foi contrária à proposta. Eles argumentam que dar prioridade à questão poderia engessar a liberdade dos Membros de determinar medidas apropriadas para a implementação dos direitos de propriedade intelectual. De acordo com eles, outros foros já são mais apropriados para abordar o tema, como a OMPI e a Organização Mundial de Alfândegas.

A Suíça, por sua vez, fez uma proposta na qual descreve seu próprio sistema de implementação e de medidas de fronteira (IP/C/W/492). O texto enfatiza a importância da cooperação entre agências nacionais e mostra como o escritório suíço de patentes conseguiu conscientizar a população de que pirataria não é um mero "deslize".

Negociações sobre Indicações Geográficas (IGs) não avançam

Assim como as questões relacionadas ao TRIPS e à biodiversidade, ainda não há consenso quanto à ampliação dos níveis de proteção das IGs. Hoje, as IGs são aplicadas a vinhos e bebidas destiladas, e a idéia é aplicá-las a outros produtos, como o presunto Parma, por exemplo. Os países contrários a essa proposta, como Argentina, Canadá, Chile e EUA, mostraram-se preocupados quanto aos custos da implementação de tal medida, pois os agricultores perderiam a possibilidade de vincular determinadas denominações a seus produtos, tal como o queijo gruyère.

A Suíça e os EUA acreditam que as oportunidades comerciais criadas pela maior proteção a IGs compensariam a diminuição dos subsídios e tarifas preferenciais negociadas na Rodada Doha. A ampliação do escopo das IGs deve tornar-se mais proeminente quando os Membros da OMC, em especial o grupo G-4 (formado por Brasil, UE, Índia e EUA) tentarem chegar a um acordo sobre comércio agrícola.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n. 21, 13 de junho de 2007.

Política comercial da Índia promove crescimento, mas precisa de reformas adicionais

Um novo relatório do secretariado da OMC sobre políticas comerciais da Índia atribui o robusto crescimento econômico do país desde 2001 ao comércio unilateral e a reformas estruturais, especialmente em matéria de serviços. A expansão econômica tem sido associada à redução da pobreza e da mortalidade infantil. Para que esta performance seja sustentável, no entanto, o relatório afirma que reformas mais profundas ainda são necessárias, particularmente no que diz respeito à infra-estrutura do transporte e da energia e à melhoria da produtividade agrícola.

Durante as discussões do relatório, ocorridas na OMC de 23 a 25 de maio, os Membros ressaltaram o impressionante crescimento econômico da Índia entre

2001 e 2007, que atingiu a média de 7% anual. O presidente das negociações, o embaixador finlandês, Vesa Himanen, afirmou que o encontro propiciou um melhor entendimento da política comercial da Índia, bem como dos desafios enfrentados por este país. Os Membros também reconheceram o papel ativo da Índia no sistema multilateral de comércio e encorajaram o país a continuar demonstrando liderança no contexto das negociações da Rodada Doha.

De acordo com o relatório, a continuidade de reformas estruturais combinada com investimentos adicionais em capital humano devem gerar empregabilidade produtiva para os milhões de ingressantes no mercado de trabalho indiano. Estes investimentos precisam, no entanto, ter como base finanças públicas saudáveis e uma política monetária que mantenha a pressão inflacionária sob controle. O déficit fiscal da Índia ainda é significativo e investimentos em infra-estrutura e capital humano encontram como obstáculos os gastos com subsídios e um nível relativamente baixo de tarifação GDP. Empresas estatais deficitárias também comprometem o orçamento de modo significativo e o relatório incentiva os processos de privatização. Um outro obstáculo ao crescimento apontado foi a rigidez das regras trabalhistas.

Serviços

O relatório aponta que o setor de serviços é o principal motor do crescimento econômico indiano, com porcentagem de crescimento anual de 9,8%. Setores mais competitivos, como o de telecomunicações, demonstraram claros benefícios ao consumidor, como, por exemplo, a redução de preços.

Tarifas

As tarifas ainda são o principal instrumento comercial da Índia, perfazendo 16% das receitas do governo central. Nos últimos anos, houve redução substancial nas tarifas em geral, e a média de 32,3% em 2001/2002 caiu para 15,8% em 2006/2007. Apesar das reduções, no entanto, a estrutura tarifária indiana ainda é descrita pelo relatório como complexa e imprevisível, muito devido a mudanças de regras de importação e exportação e alteração de tarifas ao longo do ano.

Anti-dumping

A Índia continua a ser grande adepta de medidas anti-dumping (MADs), apesar da redução do número de investigações e tarifas adicionais impostas. A maioria das MADs envolve os setores de química, plásticos, borracha, metais e têxteis e foram empregadas contra China, União Européia (UE), Taiwan e Coreia.

Padrões ambientais

O relatório também tratou de um grande número de regulamentações e padrões ambientais, como: (i) certificado de inspeção pré-embarque, que comprova que os têxteis não foram produzidos com corantes proibidos; (ii) padrões específicos sobre poluição; e (iii) etiquetas ambientais. O governo indiano também faz amplas exigências em relação a rótulos de alimentos geneticamente modificados, e exige prova de origem do país exportador. Um novo processo de avaliação do impacto dessas medidas, iniciado em 2006, busca tornar o processo mais rápido e transparente.

Zonas especiais

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) - áreas que facilitam a exportação e oferecem isenções fiscais e procedimentos de alfândega simplificados - custaram ao governo 21 bilhões de rúpias entre 2006 e 2007 e sua efetividade de geração de investimentos e empregos foi questionada. A Índia afirma que a crítica é prematura, já que a projeção do nível de emprego é de que haja 100 mil postos até o final deste ano e 4 milhões até 2010, principalmente no setor de têxteis, pedras preciosas e couro. Se os lucros reinvestidos também forem considerados nos cálculos, o ganho em investimento terá sido de USD 19 bilhões entre 2006 e 2007, o que representa 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), em contrapartida aos 0,5% de três anos atrás.

Subsídios

Os subsídios diretos representam 4,2% do PIB da Índia e os subsídios à educação, saúde e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) constituem aproximadamente 42% do total. Despesas adicionais foram necessárias para manter o preço de 25 produtos agrícolas, fertilizantes e 74 medicamentos básicos sob controle. A agricultura continua a empregar 60% da população, apesar de sua contribuição para o PIB ter caído de 23% em 2001 para 18% entre 2005 e 2006.

Transporte e energia

Apesar da infra-estrutura rodoviária ter melhorado e do setor aéreo ter conseguido tornar-se uma opção economicamente viável aos consumidores, o transporte marítimo e serviços portuários ineficientes continuar a ser um grande entrave ao comércio. Problemas no fornecimento de energia também barram a atividade econômica, e houve pouco progresso no que tange a melhoria de perdas, produção, transmissão e distribuição elétrica.

O relatório sobre a política comercial da Índia encontra-se disponível em: www.wto.org, sob a denominação WT/TPR/S/182.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 19, 30 de maio de 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Avança a integração cooperativa no Mercosul

No último mês de maio ocorreu em Assunção, Paraguai, a 14ª Sessão da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM). Nesta sessão foi aprovado o anteprojeto do Estatuto de Cooperativas do Mercosul, que agora será apresentado para discussão e aprovação pelo Parlamento do Mercosul. Além disso, discutiu-se o projeto de Estatuto da Fundação Mercosul Cooperativo.

Criada em 2001 pela Resolução 35/01 do Grupo de Mercado Comum (GMC), após recomendação do Foro Consultivo Econômico e Social em 1999, a RECM tem como mandato específico trabalhar pela harmonização legislativa no setor cooperativo entre os Países Membros do Mercosul.

Em 27 de novembro do ano passado, foi criado um Comitê Especial, no âmbito da RECM, para elaborar o Estatuto das Cooperativas do Mercosul. Tal Comitê era constituído por especialistas em legislação cooperativista e por parlamentares dos Países Membros do Mercosul. É importante ressaltar que a extinta Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul já analisava o tema desde 2004, por meio de uma Subcomissão de Cooperativas, criada especialmente para este fim.

Segundo o esboço do Estatuto, as Cooperativas do Mercosul serão aquelas que, domiciliadas em um Estado Parte do Mercosul e constituídas conforme a respectiva legislação nacional, aceitarem associados residentes em outros Estados do bloco sul americano. No entanto, é preciso que os associados domiciliados no país em que a cooperativa foi constituída representem mais de 50% do total de associados e do capital social subscrito. Os associados de outros países terão os mesmos direitos e obrigações que os associados do país de domicílio da cooperativa. Ressalta-se, ainda, que as Cooperativas do Mercosul poderão constituir sucursais nos demais Países Membros do bloco.

O anteprojeto prevê que o Estatuto seja aplicável não apenas às cooperativas em si, mas também às federações, uniões e centrais de cooperativas (chamadas no anteprojeto de "cooperativas de segundo grau"). Além disso, as cooperativas já existentes poderão tornar-se "Cooperativas do Mercosul", desde que incluam tal denominação em sua nomenclatura oficial e desde que adaptem seus estatutos para tanto, mediante aprovação de maioria qualificada em assembléia geral (conforme o anteprojeto, a maioria seria de 2/3 dos presentes à assembléia). O anteprojeto também proíbe a constituição de Cooperativas do Mercosul mediante a fusão de entidades de diferentes Países Membros do bloco, embora a RECM não descarte a possibilidade de regulamentação da matéria no futuro, conforme ficou registrado na ata de reunião da 14ª Sessão.

Em caso de conflito entre uma Cooperativa do Mercosul e um de seus associados, a controvérsia será dirimida pela entidade administrativa e/ou judicial do local de domicílio da cooperativa.

As entidades cooperativas dos Países Membros do Mercosul têm agora 90 dias para analisarem o Estatuto. O anteprojeto será então encaminhado para apreciação do Parlamento do Mercosul, conforme dispõe o art. 4º, parágrafo 14 de seu Protocolo Constitutivo. Após a apreciação do Parlamento, o anteprojeto será definitivamente aprovado pelo CMC. Segundo a RECM, isto deve ocorrer ainda dentro da Presidência pro tempore paraguaia do bloco, ou seja, ainda no 1º semestre deste ano. Superada esta fase, os Países Membros do Mercosul deverão internalizar o disposto no Estatuto por meio da alteração de suas leis nacionais, já que cria-se um capítulo específico para as Cooperativas do Mercosul nas legislações internas sobre cooperativas. As disposições comuns das leis nacionais continuam aplicáveis às Cooperativas do Mercosul.

Atualmente, as leis internas dos Países Membros do Mercosul regulam apenas as cooperativas constituídas em seus territórios e compostas exclusivamente de associados residentes em seus respectivos países. A lei paraguaia e a argentina, no entanto, estabelecem algo distinto, ainda que de maneira genérica: a lei 438/94 do Paraguai admite a constituição de "cooperativas binacionais ou multinacionais, no marco da integração cooperativa" (art. 23, in fine); e a lei 20.337 da Argentina permite a atuação de cooperativas constituídas no exterior, à semelhança do estabelecido para as sociedades comerciais (art. 15).

Fundação Mercosul Cooperativo

Ainda no âmbito da 14ª Sessão da RECM, discutiu-se o projeto de Estatuto para a Fundação Mercosul Cooperativo, que congregará as confederações nacionais de cooperativas integrantes da RECM. A Fundação terá sede em Montevidéu, Uruguai, e seu planejamento, funcionamento e estrutura de tomada de decisão serão os mesmos da RECM.

Dentre outras atribuições, a Fundação deverá: "trabalhar em prol da harmonização e aperfeiçoamento da legislação cooperativa e da Economia Social; identificar e trabalhar sobre as assimetrias existentes no âmbito regional, a fim de fortalecer o desenvolvimento das cooperativas e de outras entidades de Economia Social; propor esquemas de políticas públicas ante os organismos governamentais pertinentes; hierarquizar o papel das cooperativas e outras entidades de Economia Social na discussão pública sobre o processo de integração; e impulsionar Programas de Desenvolvimento Econômico e Social com participação de cooperativas no marco da integração."

Ademais, a Fundação será dirigida por dois órgãos: (i) o Conselho de Administração, composto por 2 representantes de cada uma das confederações nacionais de cooperativas, cada qual com mandato de 2 anos: Confederação de Cooperativas da República da Argentina (COOPERAR), Confederação de Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação de Cooperativas do Paraguai (CONPACOOOP) e Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas (CUDECOOP); e (ii) Direção Executiva, a ser exercida rotativamente por uma destas confederações nacionais.

O projeto de Estatuto da Fundação seguirá para análise das confederações nacionais e deverá ser definitivamente aprovado na próxima sessão plenária da RECM.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Mercosul. RECM. XIV Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul. Ata de Reunião. MERCOSUR/RECM/ACTA No. 1/07. Disponível em: <http://www.mercosur.coop/recm/IMG/doc/ANEXO_VI_-_Anteproyecto_Estatuto-2.doc>. Acesso em: 11 jun. 2007.

Mercosul.RECM. La RECM presentará al Parlamento Mercosur anteproyecto Estatuto de Cooperativas. 9 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.mercosur.coop/recm/spip.php?article272>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

Mercosul. RECM. Regimen legal de las cooperativas en el Mercosur. 11 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.mercosur.coop/recm/spip.php?article169>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

Brasil. Decreto 6.105 - Promulga o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. 30 abr. 2007. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_6105_2007.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.

XXXVII Assembléia Geral da OEA: consenso em temas de energia e pouco avanço em direitos humanos

A XXXVII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada entre os dias 3 e 5 de junho na Cidade do Panamá, chegou ao fim com a adoção "por aclamação" dos Estados membros da Declaração do Panamá Sobre Energia para o Desenvolvimento Sustentável. O foco da Declaração é o fomento da produção e consumo de biocombustíveis. O tema polêmico foi o pedido, por parte dos Estados Unidos da América (EUA), de uma investigação sobre supostas violações a direitos humanos na Venezuela, proposta que foi enfaticamente rejeitada por este país.

A Declaração do Panamá

O documento aprovado durante a Assembléia Geral reconhece que o acesso à energia é fator fundamental para o desenvolvimento econômico equitativo e inclusivo dos povos e para a erradicação da pobreza. O documento também consagra a importância do uso de todas as energias sustentáveis disponíveis e a conservação dos recursos indispensáveis para todas as formas de vida. O texto reafirma o potencial dos biocombustíveis como geradores de mudança na matriz energética do hemisfério, mas é omissivo em relação à necessária análise de possíveis consequências negativas para as economias e para o meio ambiente, já indicadas em diversos estudos.

Manifestações dos representantes dos Estados Membros

A chefe da Delegação dos EUA, Condoleezza Rice, assegurou que a meta de seu país é entrar numa nova era de segurança energética interamericana. Em resposta, o Chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, relatou a experiência de seu país, que, segundo suas palavras, pôs fim a 100 anos de dependência petrolífera de companhias estadunidenses, e faz hoje uso solidário de seus recursos energéticos. Como exemplo, ele referiu-se à iniciativa Petrocaribe, uma organização de cooperação criada em 29 de junho de

2005 logo após a assinatura do Acordo de Cooperação Energética assinado por Antiga e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lucia, São Vicente e as Granadinas, Suriname, e Venezuela.

Os representantes do Paraguai e do Brasil apoiaram a produção e o consumo de biocombustíveis. Rubén Darío Ramírez Lezcano, representante do Paraguai, assegurou estar consciente dos questionamentos em torno da substituição de terras de cultivo de alimentos por cultivos de espécies vegetais para produção de combustível, mas assegurou que o Paraguai, em seu Plano Nacional de Biocombustíveis, contempla o uso de terras em abandono, bem como a inclusão de setores economicamente em desvantagem na dinâmica de produção.

O chefe da Delegação do Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, afirmou que o Brasil, por meio do desenvolvimento de tecnologias para a utilização de biocombustíveis, pode promover a democratização do mercado energético internacional. Recordou, ademais, a assinatura de um memorando de entendimento com os EUA, bem como de convênios de cooperação com vários países da América Latina na forma de planos-piloto para a corrida em direção ao mercado de biocombustíveis. Ele declarou também que tais acordos são o motor para converter os países da região em produtores de energia e não meros consumidores.

Tema Polêmico

O único momento de conflito ocorreu quando Condoleezza Rice questionou a decisão do governo venezuelano de não renovar a concessão à rede de televisão RCTV, e alegou que se trata de uma violação aos direitos humanos. Ela solicitou ao Secretário Geral da OEA, José Miguel Insulza, com fundamento no artigo 18 da Carta Democrática Interamericana, o envio de uma missão à Venezuela para pesquisar a situação e apresentar um relatório aos Estados membros da Organização. O Chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, replicou veementemente que antes de pedir uma missão para a Venezuela, o Secretário Geral deveria primeiro enviar delegações para pesquisar a constante violação de direitos humanos por parte do governo estadunidense a imigrantes latino-americanos e a prisioneiros afegãos nas prisões de Guantânamo.

Diante das perguntas da imprensa, José Miguel Insulza explicou que o artigo 18, citado por Condoleezza Rice como fundamento para a petição dos EUA, estabelece claramente que o governo afetado deve consentir, como requisito sine qua non, que o Secretário Geral proceda ao envio da missão, o que não ocorreu.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, Volume IV, Número 11, 12 de junho de 2007.

BREVES MULTILATERAIS

OMC divulga relatório final sobre a disputa dos pneus

No último dia 12 de junho foi divulgado o relatório final do painel da OMC sobre a disputa entre o Brasil e as Comunidades Europeias (CEs) referente a pneus reformados. A disputa, lançada pelas CEs em junho de 2005, refere-se à proibição imposta pelo governo brasileiro de importação de pneus reformados (ver Pontes Quinzenal, v.1, n.2, 2 fev. 2006 e Pontes Bimestral, v.1, n.4, out-dez. 2005).

As decisões finais do painel da OMC, apresentadas no dia 12 de junho, foram ao mesmo tempo favoráveis e desfavoráveis ao Brasil. O painel concordou com o argumento brasileiro de que as importações das CEs geravam impactos ambientais negativos. O painel também favoreceu o argumento brasileiro de que o acúmulo de pneus não é só um risco ambiental, mas um problema de saúde pública.

O relatório do painel afirmou que as importações de pneus reformados provenientes dos parceiros brasileiros no Mercosul são relativamente pequenas e não apresentam contradições com o objetivo brasileiro de proteção ambiental e de saúde pública. Tais importações foram permitidas após decisão do Tribunal Arbitral do Mercosul como forma de implementar o compromisso internacional obrigatório para o Brasil.

Por outro lado, o relatório critica o Brasil por continuar a importar pneus usados. A contradição reside no fato do país proibir a importação de pneus reformados, mas continuar a importar pneus usados para reformá-los localmente. O painel considerou que tais importações favorecem a indústria nacional de produção de pneus em detrimento das indústrias estrangeiras. Ademais, a quantidade de pneus usados importados pelo Brasil dá-se em volumes tão grandes que acabam por contrariar o objetivo do país de reduzir o acúmulo de resíduos de pneus no meio ambiente.

Por fim, o painel considerou que, ao permitir a importação de pneus usados e ao mesmo tempo banir a importação de pneus reformados, o Brasil infringe

suas obrigações perante a OMC. Para o painel, o Brasil somente poderá continuar a proibir a importação de pneus reformados se também banir a importação de pneus usados.

Caso não haja recurso ao Órgão de Apelação por nenhuma das partes, o relatório em questão deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC entre 20 e 60 dias.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Contencioso na OMC entre o Brasil e a União Européia sobre pneus reformados - Divulgação do Relatório Final do Painel. Ministério das Relações Exteriores, Nota nº 273 - 12 de junho de 2007. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalh_e3.asp?ID_RELEASE=4441: Acesso em: 14 jun. 2007.

Relatório do painel da OMC. Disponível em: http://www.wto.org/english/news_e/news_e.htm. Acesso em: 14 jun. 2007.

BREVES REGIONAIS

Lançadas negociações do Acordo de Associação CAN-UE

Em 29 e 30 de maio, a Comunidade Andina (CAN) e a União Européia (UE) haviam previsto o lançamento oficial das negociações de um acordo de associação entre os blocos. A falta de coerência de posições dentro da CAN, no entanto, motivou a postergação do início das negociações até 8 de junho passado, mesmo dia da incorporação do Chile como membro do bloco andino.

A Bolívia, que atualmente exerce a presidência pro tempore da CAN, foi contrária às condições oferecidas pela UE e tentou barrar o início das negociações. O fato gerou mal-estar entre os europeus, que solicitaram à CAN uma reflexão interna mais profunda antes de optar pelo lançamento do processo de negociações. Ante as críticas de que a Bolívia estaria bloqueando a negociação, o Presidente boliviano, Evo Morales, esclareceu que é a Europa quem deve reconhecer as posições das maiorias andinas antes de pretender negociar bloco a bloco. Ademais, o Presidente boliviano reforçou a posição de que o país obedece às obrigações derivadas do exercício da presidência pro

tempore, entre elas defender a vida, os recursos naturais e os empresários andinos, cuja segurança, em sua opinião, era seriamente comprometida pelas disposições relativas à propriedade intelectual e investimentos do acordo.

O presidente da CAN, Freddy Ehlers, negou que o bloco esteja atravessando uma crise e afirmou que um "tropeço" não pode ser visto como uma "sentença de morte" da Comunidade, que já existe há 38 anos. Para ele, as divergências são naturais quando se tratam de negociações em bloco e considera que todos os países integrantes estão dispostos a avançar nas negociações do acordo. A situação, não obstante, causou incômodo a Ehlers, que duas semanas antes havia viajado a Bruxelas para reafirmar o interesse da CAN no acordo de associação dos blocos e fortalecimento das relações recíprocas.

Decisão 667: superação de diferenças

Na reunião ampliada do Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores com a Comissão da CAN, em 8 de junho, foi finalmente aprovado o lançamento das negociações. No contexto do recente desacordo interno, a Decisão n.º 667 é de vital importância. Seu primeiro artigo estipula o reconhecimento de diferentes níveis de desenvolvimento entre os países-membros, que serão levados em conta na negociação conjunta. Ademais, este artigo reconhece a cada país o direito de negociar diferentes níveis de alcance e profundidade os temas e compromissos do acordo com os europeus. De igual relevância é o artigo 2º, que estabelece um tratamento diferencial para Bolívia e Equador.

Definida a incorporação do Chile

A reunião também teve como resultado a Decisão n.º 666, que estabelece a medida da participação do Chile como Membro associado da CAN. Entre as diferentes áreas acordadas, destacam-se: a participação do Chile na coordenação da área Ásia-Pacífico, o intercâmbio de experiências com a UE e o apoio a iniciativas integracionistas da CAN, consoante as iniciativas em curso na América do Sul.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 11, 12 de junho de 2007.

Cresce o investimento direto de países emergentes no Brasil

Segundo boletim divulgado pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), o percentual de

investimentos diretos estrangeiros (IDEs) feito por países emergentes e não desenvolvidos no Brasil passou de 0,9% em 2000 para 9,7% em 2006.

Para a SOBEET, este processo é reflexo de uma tendência de maior participação dos países emergentes e não desenvolvidos no fluxo mundial de IDEs. Conforme aponta o boletim, em 1990 a participação desses países nos IDEs globais era de 5,9%. Já em 2006, o mesmo índice alcançou 20,5%.

O boletim ressalta também a participação dos países da América Latina nos IDEs realizados no Brasil. Em 2006, 81% dos investimentos diretos de países emergentes e não desenvolvidos realizado no Brasil era oriundo de países da região.

A relevância dos investimentos de países latino americanos na composição dos IDEs realizado no Brasil pode ser apontada como manifestação de um fenômeno mais amplo, qual seja, a maior participação dos países da região em investimentos no exterior. Tal situação já havia sido identificada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) em relatório divulgado no início de maio deste ano. Conforme os dados da CEPAL, os investimentos diretos dos países da América Latina e Caribe no exterior praticamente dobraram entre 2005 e 2006 (de US\$ 20 bilhões para US\$ 40 bilhões, aproximadamente). O Brasil foi o principal investidor externo da região, num total de US\$ 28,2 bilhões (pela primeira vez na história o total investido pelo Brasil no exterior superou os investimentos recebidos pelo país, que, em 2006, chegaram a US\$ 18,8 bilhões). Esta quantia investida pelo Brasil no exterior corresponde a aproximadamente 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (ver Pontes Quinzenal, v. 2, n.5, 21 de maio de 2007).

O boletim destaca, ainda, que o aumento de IDEs no Brasil oriundos de países emergentes e não desenvolvidos é caracterizado pela pulverização, ou seja, há um pequeno aumento (generalizado) no montante investido por cada país desta categoria no Brasil. Em 2006, por exemplo, o percentual médio de participação de cada país emergente ou não desenvolvido nos IDEs realizados no Brasil foi de 1,04% e a média do valor investido por tais países no Brasil foi de apenas US\$ 232 milhões.

Para a SOBEET, esta situação traz dois benefícios para o Brasil: em primeiro lugar, a dependência dos investimentos oriundos de países desenvolvidos (PDs) é reduzida; em segundo lugar, os investimentos de países emergentes tornam-se complementares àqueles realizados pelos PDs.

Frente a esta realidade, a SOBEET acredita que os IDEs realizados no Brasil deverão ser recorde em 2007 e alcançar US\$ 36,13 bilhões (praticamente o dobro do registrado em 2006). Segundo dados do Banco Central, no primeiro semestre de 2007 os IDEs no Brasil chegaram a US\$ 6,57 bilhões - valor 84% superior ao montante do mesmo período do ano anterior.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

SOBEET. Aumenta o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de países emergentes no total de IDE recebido pelo Brasil. Boletim SOBEET, nº 45, ano V. Mai. 2007. Disponibilizado pela entidade.

SOBEET. Trajetória ascendente do investimento direto estrangeiro bruto aponta para rompimento de recorde histórico em 2007. Boletim SOBEET, nº 44, ano V. Abr. 2007. Disponível em <<http://www.sobeet.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

18 de junho

8ª Rodada de consultas sobre assistência ao desenvolvimento relacionada a algodão

19 de junho

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

20 de junho

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

27 e 28 de junho

Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

28 de junho

Reunião do Sub-Comitê sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

18 de junho a 6 de julho

Curso de treinamento sobre as principais questões da agenda econômica internacional

Local: Lima, Peru.

19 de junho

Encontro do Grupo Ad Hoc de Especialistas sobre Biocombustíveis: implicações das atuais e futuras tecnologias no comércio e desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça.

25 de junho

Sessão informal de informação, em conjunto com a OMC, sobre modelos privados

Curso rápido de treinamento sobre as principais questões da agenda econômica internacional.

Local: Genebra, Suíça.

28 a 29 de junho

Encontro de especialistas sobre as implicações no desenvolvimento da elaboração de regras internacionais de investimentos

Local: Genebra, Suíça.

Banco Mundial

Informações:

<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~HIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>>.

19 de junho

Seminário sobre estratégias nacionais de e-Government

Local: Washington, Estados Unidos da América.

ONU

Informações: <<http://www.un.org/esa/meeting.htm>>.

18 a 22 de junho

17ª Reunião dos Estados Partes da Convenção sobre Direito do Mar

Local: Nova Iorque, Estados Unidos da América.

18 a 22 de junho

14ª Reunião dos representantes dos grupos de trabalho do Conselho de Direitos Humanos

Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais**Mercosul**

Informações:

<<http://www.mercosur.int/msweb/porta1%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>>.

18 de junho

Reunião de Alto Nível para a Reforma Interinstitucional do Mercosul

Local: Assunção, Paraguai.

19 de junho

Reunião de Funcionários de Alto Nível para Assimetrias e o Art. 1º do Tratado de Assunção
Reunião das Comissões Temáticas (a confirmar)

Local: Assunção, Paraguai.

19 a 21 de junho

68ª Reunião do Grupo Mercado Comum
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 6 sobre Meio Ambiente

Local: Assunção, Paraguai.

20 a 21 de junho

Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (a confirmar)

Local: Assunção, Paraguai.

22 de junho

Reunião dos Ministros de Meio Ambiente

Local: Assunção, Paraguai.

25 de junho

Reunião Informal sobre a Adesão da Bolívia ao Mercosul

Local: Assunção, Paraguai.

25 a 29 de junho

Reunião do Grupo Ad Hoc sobre o Código Aduaneiro do Mercosul (a confirmar)

Reunião do Comitê Técnico nº 1 sobre Tarifas e Nomenclatura de Mercadorias

Local: Assunção, Paraguai.

25 e 26 de junho

Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 15 sobre Mineração (a confirmar)

Local: Assunção, Paraguai.

26ª a 28 de junho

33ª Reunião do Conselho do Mercado Comum

Local: Assunção, Paraguai.

27 e 28 de junho

Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 9 sobre Energia

(a confirmar)

Local: Assunção, Paraguai.

29 de junho

Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados

Local: Assunção, Paraguai.

CEPAL

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

21 de junho

Seminário sobre paradigmas e opções de desenvolvimento na América Latina

Local: Santiago, Chile.

25 de junho

Visão estratégica das energias renováveis na América Latina e Caribe

Povos indígenas da América Latina: Políticas e programas de saúde, como e quanto se avançou?

Os objetivos do desenvolvimento do milênio e os direitos humanos: a elaboração de informes nacionais com enfoque de direitos.

Local: Santiago, Chile

Comunidade Andina

Informações:

<<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/reuniones.htm>>.

18 a 22 de junho

Workshop de Análises de Problemas do Projeto PENDES

Local: Lima, Peru.

26 a 28 de junho

Workshop de Especialistas em Política Comercial

Local: Lima, Peru.

Outros Fóruns**OCDE**

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

18 a 20 de junho

Encontro anual dos contatos nacionais sobre responsabilidade empresarial e o Guia da OCDE para Empresas Multinacionais

Local: Paris, França.

19 e 20 de junho

Workshop sobre acordos regionais de comércio e o meio ambiente

Local: Tóquio, Japão.

21 e 22 de junho

Conferência sobre Produção Manufaturada Sustentável e Competitividade

Local: Copenhague, Dinamarca.

26 a 28 de junho

Simpósio BioEco 2007: Bioeconomia para Todos

Local: Tianjin, China.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Divulgação de relatórios, livros e artigos

OMC

Acordos regionais de comércio

A OMC publicou artigo sobre as principais tendências e características dos acordos regionais de comércio, vigentes e em negociação. Trata-se de relatório atualizado, que contém novas informações sobre os acordos regionais de comércio até 2006. O artigo também analisa os efeitos desses acordos para terceiros países e para o sistema multilateral de comércio. Para consultar o artigo, acesse: http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/discussion_papers12a_e.pdf (parte I) e http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/discussion_papers12b_e.pdf (parte II).

Acordos regionais de comércio sobre Investigação anti-dumping

O Secretariado da OMC divulgou relatório sobre as investigações anti-dumping realizadas entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2006. O documento indica que o número de novas investigações anti-dumping aumentou em comparação aos números registrados no ano passado. A quantidade de novas medidas aplicadas, no entanto, continua a cair. Para obter mais detalhes, acesse: http://www.wto.org/english/news_e/pres07_e/pr483_e.htm.

Salvaguardas

Em 4 de junho, a OMC publicou as últimas estatísticas sobre medidas de salvaguarda notificadas pelos Membros da organização, em observância ao Acordo sobre Salvaguardas. Para consultá-las, acesse: http://www.wto.org/english/tratop_e/safeg_e/safeg_e.htm#statistics.

Banco Mundial

Carbon Market 2007

O Banco Mundial apresentou relatório intitulado State and Trends of the Carbon Market 2007. Trata-se do sétimo estudo anual sobre o mercado de carbono publicado pela organização. O relatório demonstra que o mercado global de carbono passou de US\$ 10 bilhões em 2005 para US\$ 30 bilhões em 2006.

Para consultá-lo acesse: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/06/06/000020953_20070606144908/Rendered/PDF/399230Carbon1Trends1200701PUBLIC1.pdf.

Global Development Finance

O Banco Mundial também publicou relatório intitulado Global Development Finance. Este relatório analisa as recentes tendências e previsões para os fluxos financeiros de países em desenvolvimento em 2007. Maiores informações encontram-se disponíveis em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21349085~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>.

PNUMA

O Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) divulgou relatório intitulado Melting Ice - a hot topic? O documento demonstra que o futuro de milhões de pessoas no mundo será afetado pelo derretimento das geleiras. O relatório encontra-se disponível em: http://www.unep.org/geo/geo%5Fice/PDF/full_report_LowRes.pdf.

Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção Ramsar

O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, juntamente com o Secretariado da Convenção Ramsar sobre Zonas Úmidas divulgou relatório intitulado Water, Wetlands, Biodiversity and Climate Change. O documento baseia-se nos resultados de uma reunião de especialistas realizada em 23 e 24 de março deste ano, em Gland, na Suíça. O relatório aborda os principais desafios no combate às mudanças climáticas e apresenta algumas soluções referentes à biodiversidade e às zonas úmidas. O documento encontra-se disponível em: <http://www.cbd.int/doc/case-studies/wtr/cs-wtr-ramsar-en.pdf>.

15ª sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU

A Divisão sobre Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, que atua como Secretaria da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, publicou um relatório referente à 15ª Sessão da Comissão. Devido à falta de consenso nas negociações, o relatório publicado é apenas um sumário das discussões realizadas. O documento revisa os debates sobre energia para o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento industrial, poluição do ar e mudanças climáticas e analisa um texto apresentado para adoção na sessão que foi rejeitado pela Suíça e pela União Européia. Para consultar o documento na íntegra, acesse: <http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd15/documents/c_hair_summary.pdf>.

Fortalecimento do PNUMA e do sistema ambiental da ONU

A Stakeholder Forum, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) e o Serviço de Ligação da ONU com as Organizações Não Governamentais (UN-NGLS, sigla em inglês) divulgaram um trabalho intitulado A Strengthened UNEP and UN System on Environment: Compilation of Civil Society Responses to the Report of the High Level Panel on System Wide Coherence. Este trabalho apresenta uma série de opiniões da sociedade civil em relação às recomendações do Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre o trabalho da ONU relativo ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, e faz recomendações sobre o fortalecimento do Programa da ONU sobre Meio Ambiente (PNUMA), sobre os acordos multilaterais de meio ambiente, comércio e desenvolvimento e sobre o engajamento da sociedade civil e do setor privado, entre outros temas. O trabalho encontra-se disponível em: <http://ieg.stakeholderforum.org/fileadmin/files/A_Strengthened_UNEP_Updated.pdf>.

Cargas regulatórias municipais na América Latina

A International Finance Corporation, entidade do Grupo Banco Mundial, lançou o relatório Municipal Scorecard 2007. O documento incentiva a implementação de reformas municipais e a redução da carga regulatória e faz recomendações para melhorar o ambiente empresarial na América Latina. O relatório compara as cargas regulatórias que os empreendedores enfrentam na obtenção de licenças e permissões para construção em 65 municípios na Bolívia, Brasil, Honduras, Nicarágua e Peru. O texto completo encontra-se disponível em: <www.municipalscorecard.com/docs/report/MAINREPORTingles.pdf>.

Barreiras comerciais aos produtos brasileiros nos EUA

A Embaixada do Brasil em Washington publicou novo relatório sobre barreiras ao comércio de produtos brasileiros nos Estados Unidos da América (EUA). O documento estima que os exportadores brasileiros acumularam perdas de US\$ 2,7 bilhões desde 1991, devido a algumas dessas barreiras, tarifas antidumping e direitos compensatórios aplicados pelos EUA para inibir a entrada de empresas beneficiadas por subsídios ou que praticam preços considerados irrealistas pelo governo estadunidense. O relatório encontra-se disponível na página eletrônica da Embaixada Brasileira em Washington: <http://www.brasilemb.org/trade_investment/Barreiras07.pdf>.

Workshop do Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra

O Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra organizará, entre os dias 5 e 9 de novembro deste ano, o 3o Workshop of Young Scholars from the Global South. Os interessados em participar do evento deverão enviar uma mensagem eletrônica para southworkshop@hei.unige.ch acompanhada de carta de apresentação e de motivação e do currículo pessoal até o dia 9 de julho. Para mais informações, acesse: <<http://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=156946>>.

FIQUE DE OLHO!

Solução de Controvérsias na OMC

A OMC publicou relatório do painel que examinou o caso sobre medidas anti-dumping no comércio de canos e tubos de aço entre México e Guatemala (México - Anti-dumping Duties on Steel Pipes and Tubes from Guatemala - DS 331). Para saber mais sobre o caso e acessar o relatório do painel, consulte: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds331_e.htm>.

O Comitê de Acordos Regionais de Comércio da OMC analisou os seguintes acordos comerciais regionais dentro do novo mecanismo de transparência: Acordo de Livre Comércio entre Tailândia e Austrália sobre bens e serviços; acordo sobre o estreitamento da associação econômica entre Tailândia e Nova Zelândia; Protocolo sobre Comércio na Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento, sobre bens; e Acordo de Livre Comércio entre Armênia e Moldova, sobre bens.

Maiores informações encontram-se disponíveis em:
<http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/rta_may07_e.htm>.

Coerência do sistema da ONU

A Presidente da Assembléia Geral da ONU, Sheikha Haya Rashed Al Khalifa, estabeleceu o final deste mês como marco inicial do processo intergovernamental de busca de coerência no sistema da ONU, após consultas aos Estados Membros da organização, ocorridas ao longo dos meses de abril e maio. Ela também indicou Christopher Hackett (Barbados) e Jean-Marc Hoscheit (Luxemburgo) como co-diretores na condução do processo. A carta com as referidas indicações da Presidente encontra-se disponível para acesso em:

<<http://www.un.org/ga/president/61/letters/PGA-Letter-25May07.pdf>>.

Debate sobre mudanças climáticas na ONU

A presidente da Assembléia Geral da ONU também notificou os Estados Membros da ONU, em 24 de maio, que irá estabelecer, na segunda metade de julho deste ano, a pedido da União Européia e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), um debate temático sobre mudanças climáticas como desafio global. Ela também anunciou que o representante permanente do México na ONU, Claude Heller Roussant, assumirá o papel de facilitador das discussões sobre governança ambiental internacional no lugar de seu predecessor, Enrique Berruga. Para mais informações, acesse:

<<http://www.un.org/ga/president/61/letters/PGA-Letter-24May07.pdf>>.

14ª Conferência das partes da CITES

De 3 a 15 de junho deste ano, ocorreu a 14ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Selvagem e Flora (CITES, sigla em inglês), em Haia, na Holanda. As delegações dos países discutiram 70 itens e analisaram 37 propostas de emenda aos apêndices da Convenção. A pauta de discussão incluiu assuntos como relatórios e recomendações dos Comitês de Animais e Plantas, questões administrativas e orçamentárias, dentre outros. Os documentos referentes à 14ª Conferência encontram-se disponíveis em:

<<http://www.cites.org/eng/cop/index.shtml>>.

2º Encontro Climático de Grandes Cidades

Prefeitos e governadores de 40 grandes cidades no mundo encontraram-se em Nova Iorque, EUA, de 14 a 17 de maio, para o 2º Encontro Climático de Grandes Cidades (C40 Large Cities Climate Summit). O objetivo do Encontro é criar parcerias de longo prazo para a redução da emissão de carbono e encorajar os

municípios a colaborarem com empresas e governos na implementação de medidas sobre mudanças climáticas. O Comunicado emitido ao final do Encontro pode ser acessado em:

<http://www.c40cities.org/docs/communique_2007.pdf>

Um bilhão de árvores plantadas em 2007

A Campanha Billion Tree do Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), cujo objetivo era fomentar o plantio de um bilhão de árvores durante 2007, atingiu seu objetivo sete meses antes do esperado. A campanha do Senegal de plantar 20 milhões de árvores para marcar o Dia Internacional da Biodiversidade permitiu que a meta da campanha fosse ultrapassada antes mesmo do final do ano. Para mais informações, acesse:

<<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=506&ArticleID=5587&I=en>>.

Banco do Sul

Os Países Membros do Mercosul, em reunião extraordinária do Conselho de Mercado Comum, realizada nos dias 20 e 21 de maio, concordaram com a criação do Banco do Sul, entidade que financiará obras de infra-estrutura e desenvolvimento na região. A ata de constituição do Banco deverá ser firmada pelos presidentes da região no final de junho. Para maiores detalhes, acesse:

<<http://www.mercosur.coop/recm/spip.php?article284>>.

CAN como liderança regional no tema das mudanças climáticas

As autoridades de meio ambiente e desenvolvimento sustentável dos Países Membros da Comunidade Andina (CAN) reforçaram a importância do bloco assumir a liderança regional no âmbito das mudanças climáticas. Para maiores detalhes, consulte:
<<http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np1-6-07.htm>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

